

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
-------------------------	-----------

CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, INTERNACIONAIS DA LAVAGEM DE CAPITAIS	17
---	-----------

1.1. Origem histórica da criminalização da lavagem de capitais	17
1.2. A internacionalização do combate à lavagem de capitais e a formação de um regime global.....	20
1.3. Convenções internacionais, diretivas supranacionais e a consolidação normativa do combate à lavagem de capitais	23
1.4. O princípio da lesividade e a legitimação da lavagem de capitais no plano internacional.....	26
1.5. Política criminal preventiva, gestão de risco e expansão normativa no combate à lavagem de capitais.....	28
1.6. A influência do regime internacional na conformação das legislações nacionais: uma análise comparada	31
1.7. Tensões entre o modelo internacional de combate à lavagem de capitais e os princípios estruturantes do Direito Penal.....	34
1.8. A evolução legislativa do combate à lavagem de capitais no Brasil e sua adaptação aos mandamentos internacionais	36

CAPÍTULO 2 – BEM JURÍDICO, OFENSIVIDADE E NATUREZA DO DELITO DE LAVAGEM DE CAPITAIS	41
2.1. Bem jurídico tutelado: controvérsias doutrinárias.....	41
2.2. Lavagem de capitais e Direito Penal simbólico.....	45
2.3. Princípio da ofensividade e tipicidade material.....	48
2.4. Lavagem de capitais como crime de perigo abstrato	52
2.5. Consequências dogmáticas e defensivas da indefinição do bem jurídico	55
 CAPÍTULO 3 – ESTRUTURA TÍPICA E TEORIA DO DELITO NA LAVAGEM DE CAPITAIS	 59
3.1. Sujeitos do delito e objeto material.....	59
3.2. Condutas típicas de ocultação e dissimulação	63
3.3. Consumação, tentativa e exaurimentos.....	67
3.4. Concurso de crimes, consunção e <i>bis in idem</i>	74
3.5. Autolavagem: conceito, alcance e limites da imputação cumulativa	78
3.6. Reflexos dogmáticos e defensivos da estrutura típica	83
 CAPÍTULO 4 – CRIME ANTECEDENTE E ELEMENTO SUBJETIVO DA LAVAGEM DE CAPITAIS.....	 89
4.1. Conceito e função do crime antecedente.....	89
4.2. Autonomia e acessoriedade: teorias e limites probatórios	92
4.3. Prova do crime antecedente e <i>standard</i> mínimo de imputação penal.....	97
4.4. Elemento subjetivo na lavagem de capitais: dolo, conhecimento da origem ilícita e cegueira deliberada.....	101

CAPÍTULO 5 – PROVAS E INVESTIGAÇÃO NA LAVAGEM DE CAPITAIS	107
5.1. Investigação financeira e produção de provas	107
5.2. Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs): natureza jurídica, forma de obtenção, mutabilidade jurisprudencial e limites constitucionais	111
5.3. Elementos informativos, presunções e narrativas acusatórias.....	117
5.4. Cadeia de custódia da prova documental, bancária e digital	122
5.5. Ônus da prova, presunção de inocência e os impactos probatórios das obrigações de <i>compliance</i>	127
 CAPÍTULO 6 – MEDIDAS CAUTELARES PATRIMONIAIS NA LAVAGEM DE CAPITAIS	 131
6.1. Função, limites e riscos das medidas cautelares patrimoniais.....	131
6.2. Sequestro, arresto e hipoteca legal: requisitos legais, prova, contraditório e limites ao perdimento	134
6.3. Nexos entre bens constrictos e crime antecedente: vinculação, rastreabilidade e contenção da presunção patrimonial	138
6.4. Confisco, confisco por equivalente e confisco alargado: fundamento e limites constitucionais	141
6.5. Mecanismos de liberação e substituição de bens no processo penal da lavagem de capitais: instrumentos, requisitos e limites	145
6.6. Liberação de valores bloqueados para pagamento de honorários advocatícios e a licitude do recebimento pelo advogado: direito de defesa, garantias convencionais e limites penais	149

CAPÍTULO 7 – PROCEDIMENTO PENAL, COMPETÊNCIA E CONTROLE JURISDICIONAL	155
7.1. Competência, juiz natural, imparcialidade e limites ao protagonismo judicial	155
7.2. Conexão, continência e a expansão indevida da competência penal	159
7.3. Denúncia, justa causa e controle de imputação em crimes de lavagem de capitais	162
7.4. Nulidades no processo penal da lavagem de capitais	164
7.5. Acesso à prova, contraditório e estratégias defensivas na obtenção de elementos probatórios	169
 CAPÍTULO 8 – TESES DEFENSIVAS EM CRIMES DE LAVAGEM DE CAPITAIS	 175
8.1. Inépcia da denúncia, imputação genérica e ausência de detalhamento do crime antecedente	176
8.2. Ausência de dolo e imputação objetiva indevida	180
8.3. Prova ilícita e nulidades estruturais (com ênfase em provas digitais)	183
8.4. Impossibilidade da utilização do crime de sonegação fiscal como antecedente a lavagem de capitais	187
8.5. Impossibilidade de utilização da evasão de divisas como crime antecedente da lavagem de capitais	190
 REFERÊNCIAS	 195